



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

**PROVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) DE
ESTAGIÁRIOS, PARA ACADÊMICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CURSO DE
DIREITO
EDITAL DE ESTÁGIO Nº 02/2022**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Verifique se, além deste Caderno de Prova, você recebeu as folhas referentes ao GABARITO OFICIAL DE PROVA OBJETIVA e também a FOLHA DE RESPOSTA OFICIAL DAS QUESTÕES DISCURSIVAS, destinados à transcrição das respostas.
2. Confira se este Caderno de Prova contém as questões discursivas e as questões objetivas de múltipla escolha.
3. As questões estão assim distribuídas: 20 questões objetivas valendo 2 pontos cada, totalizando 40 pontos, e 4 questões discursivas valendo 15 pontos cada, totalizando 60 pontos, cujo somatório totaliza 100 pontos.
3. Verifique se a prova está completa e preencha corretamente as folhas de resposta.
4. Inclua o seu número de inscrição nas folhas de resposta, no local apropriado, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. As respostas da prova objetiva e as da discursiva deverão ser transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para as folhas de resposta oficiais, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala ao término da prova.
7. O tempo máximo de prova será de três horas.
8. Ao terminar a prova, levante a mão e aguarde o fiscal de sala em sua carteira para recolher o seu material de prova.
9. Atenção! O candidato deverá permanecer na sala de aplicação, no mínimo, por uma hora a partir do início da prova e só poderá levar este Caderno de Prova após esse horário.

RASCUNHO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Questão 1 -Sobre alimentos transitórios, assinale a opção correta:

I – SEGUNDO O STJ, A CONTINUIDADE DO PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA ENTRE EX- CÔNJUGES DEVE SER ANALISADA EXCLUSIVAMENTE SEGUNDO O BINÔMIO POSSIBILIDADE E NECESSIDADE.

II – EM REGRA, OS ALIMENTOS FIXADOS PARA EX-CÔNJUGE DEVEM SER TRANSITÓRIOS.

III – ALIMENTOS TRANSITÓRIOS PODEM SER EXECUTADOS PELO RITO DO ART. 528 DO CPC.

- a) Estão todas as alternativas corretas.
- b) Estão corretas as alternativas I e II.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

- c) Apenas a alternativa I está incorreta.
- d) Estão todas as alternativas incorretas.

Questão 2 - Sobre a revogação da doação por ingratidão, é CORRETO afirmar que ela pode ocorrer:

- a) Se o doador for maior de 65 anos.
- b) Se o donatário o injuriou gravemente ou caluniou o doador.
- c) Se o doador for solteiro.
- d) Se o donatário cometeu crime de homicídio culposo contra o doador.

Questão 3 – A ação de divisão e demarcação de terras:

- a) Pode ser proposta no foro de eleição.
- b) Somente pode ser ajuizada no foro da situação da coisa.
- c) Somente pode ser ajuizada no foro do domicílio do réu.
- d) Pode ser proposta tanto no foro da situação da coisa quanto no domicílio do réu.

Questão 4 - De acordo com o Código Civil, assinale a opção incorreta:

- a) O filho, não reconhecido pelo pai, fica sob poder familiar exclusivo da mãe; se a mãe não for conhecida ou capaz de exercê-lo, dar-se-á tutor ao menor.
- b) Extingue-se o poder familiar pela emancipação.
- c) A filiação materna ou paterna pode resultar de casamento declarado nulo, ainda mesmo sem as condições do putativo.
- d) O filho havido fora do casamento, reconhecido por um dos cônjuges, poderá residir no lar conjugal sem o consentimento do outro.

Questão 5 – De acordo com a jurisprudência consolidada do STJ, assinale a opção incorreta:

- a) Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judicial, à perda da função pública.
- b) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial.
- c) Julgada procedente a investigação de paternidade, os alimentos são devidos a partir da citação.
- d) A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e sucessiva, somente se configurando no caso de impossibilidade total de seu cumprimento pelos pais.

Questão 6 – De acordo com a Constituição da República, assinale a alternativa incorreta:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

- a) Aplica-se à Defensoria Pública a regra constitucional que prevê remuneração por meio de subsídio em parcela única, sendo vedado o acréscimo de qualquer outra espécie remuneratória.
- b) A revogação de norma que assegura direitos fundamentais sociais, sem a implementação de medidas alternativas que tenham a capacidade de compensar eventuais perdas já sedimentadas, contraria o princípio da proibição do retrocesso social.
- c) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- d) O desrespeito ao princípio da moralidade é punível, mas não configura ato de improbidade administrativa.

Questão 7 - Sobre as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- a) Locador de imóvel residencial poderá reaver o imóvel ainda no curso do prazo estipulado para a duração do contrato de locação, desde que pague ao locatário a multa proporcional ao cumprimento do contrato ou a que for judicialmente arbitrada.
- b) Em ação de execução de alimentos, será oponível a impenhorabilidade sobre o bem de família cujo coproprietário seja cônjuge do alimentante.
- c) Em atenção aos princípios da reserva do possível e da separação de poderes, não é dado ao Poder Judiciário, atendendo a pedido da Defensoria Pública, compelir a administração a efetuar obras emergenciais em estabelecimento prisional.
- d) A competência para legislar sobre Defensoria Pública é privativa da União.

Questão 8 - Analise e julgue as afirmativas a seguir.

I. A pessoa com deficiência tem plena capacidade civil para exercer o direito de guarda, curatela e adoção, em igualdade de oportunidades com pessoas sem deficiência.

II. As instituições de ensino superior têm obrigação legal de ofertar às pessoas idosas cursos, presenciais ou à distância, que envolvam atividades formais e não formais.

III. Na união estável de pessoa maior de 70 anos de idade, impõe-se o regime da separação obrigatória de bens.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I, II e III, apenas.

Questão 9 - A respeito do processo civil, assinale a alternativa correta.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

- a) Será considerado intempestivo o recurso de apelação interposto antes da publicação da sentença.
- b) Salvo se o regime de bens for o da separação absoluta, haverá litisconsórcio necessário entre os cônjuges para que um deles proponha ação que verse sobre direito real imobiliário.
- c) Ocorrerá a preclusão lógica do recurso para a parte que aceitar, ainda que tacitamente, sentença que lhe foi desfavorável.
- c) Ao reformar sentença que reconheceu a prescrição, o tribunal deve determinar a devolução do processo ao juízo de primeiro grau, para julgamento e instrução, se for o caso.

Questão 10 -. Analise as seguintes afirmativas referentes às prerrogativas processuais dos defensores públicos.

I. O defensor público necessita de procuração para transigir em nome da pessoa assistida, quando não há anuência expressa dela com os termos do acordo.

II. A pedido da Defensoria Pública, a parte assistida deverá ser intimada pessoalmente para prestar informação ou tomar providência quando somente dela depender o ato processual.

III. Encerrada a instrução em audiência na qual presente o Defensor, este se considera intimado pessoalmente e daí passa a correr o prazo processual para apresentação dos memoriais.

IV. É válida a manifestação em autos administrativos ou judiciais por meio de cota, ainda que sem a utilização do timbre da instituição, desde que identificada a assinatura.

Está(ão) incorreta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I e II, apenas.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) III, apenas.

Questão 11 – Considerando o ordenamento jurídico vigente em relação ao indulto, marque a alternativa CORRETA:

- a) O indulto é causa de extinção da punibilidade cuja aplicação depende exclusivamente do cumprimento dos requisitos previstos no ato concessivo, sendo a decisão judicial que o reconhece meramente declaratória.
- b) O crime de tráfico de drogas (artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06) é insuscetível de indulto, ainda que a sentença condenatória tenha reconhecido a causa de diminuição de pena prevista no §4º do referido dispositivo.
- c) Compete privativamente ao Ministro de Justiça conceder o indulto.
- d) O crime de homicídio simples (artigo 121, caput, do Código Penal) é insuscetível de indulto.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

Questão 12 – Sobre a execução penal, analise as alternativas a seguir e marque a alternativa INCORRETA:

- a) A pena unificada para atender ao limite de cumprimento determinado no art. 75 do Código Penal é considerada para a análise de direitos inerentes à fase da execução da pena, como o livramento condicional ou a progressão de regime.
- b) Admite-se a progressão de regime antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- c) O livramento condicional poderá ser concedido para o condenado que se encontre em regime aberto.
- d) A prática de falta grave não interrompe o prazo para obtenção do livramento condicional, mas interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração.

Questão 13 – A Lei nº 13.964/2019, popularmente conhecida como “Pacote Anticrime”, promoveu diversas alterações na legislação penal e processual penal, dentre elas a introdução de novo regramento sobre os requisitos necessários para a progressão de regime estabelecidos na Lei de Execuções Penais. Considerando o ordenamento jurídico vigente e a jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre a matéria, marque a alternativa INCORRETA:

- a) O apenado reincidente não específico em crime hediondo ou equiparado terá direito a progredir de regime após o cumprimento de 40% (quarenta por cento) da pena no regime mais grave, tendo em vista que, com o advento da Lei nº 13.964/2019, apenas ao reincidente específico em crime hediondo ou equiparado aplica-se o percentual de 60% (sessenta por cento) como requisito temporal para a progressão de regime.
- b) O apenado terá direito à progressão de regime após o cumprimento do requisito temporal exigível para a obtenção de direito, ainda que tenha praticado falta grave há menos de 01 (um) ano da ocorrência do fato.
- c) O apenado condenado pela prática de crime de roubo, que é reincidente em virtude de condenação anterior pela prática de crime de furto, terá direito a progredir de regime após o cumprimento de 30% (trinta por cento) da pena no regime mais grave.
- d) A decisão do juiz que determinar a progressão de regime deverá sempre ser precedida de manifestação do Ministério Público e da defesa.

Questão 14 – Em relação às penas restritivas de direitos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As penas restritivas de direitos prescrevem no mesmo prazo que as penas privativas de liberdade.
- b) Sob pena de ofensa à coisa julgada, o juiz não poderá alterar a forma de cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana, ainda



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

que necessário para ajusta-las às condições pessoais do condenado e às características do estabelecimento, da entidade ou do programa comunitário ou estatal.

c) A prestação de serviços à comunidade será cumprida à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação e será fixada de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho do apenado.

d) Comete falta grave o condenado à pena restritiva de direitos que retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta.

Questão 15 – Fulano de Tal, primário e de bons antecedentes, foi condenado a uma pena privativa de liberdade de 09 (nove) anos de reclusão pela prática do crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, cometido em 10/01/2022. Considerando essa situação hipotética, é CORRETO afirmar que Fulano de Tal:

- a) Terá direito ao livramento condicional após cumprir mais de 03 (três) anos da pena.
- b) Terá direito ao livramento condicional após cumprir mais de 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses da pena.
- c) Terá direito ao livramento condicional após cumprir mais de 06 (seis) anos da pena.
- d) Não terá direito ao livramento condicional.

Questão 16 - De acordo com a orientação dos Tribunais Superiores, quando o agente rouba um estabelecimento comercial e, durante a ação, desarma um vigilante e se apropria de sua arma de fogo, deverá ser reconhecida a hipótese de:

- a) Concurso material;
- b) Concurso formal próprio;
- c) Concurso formal impróprio;
- d) Continuidade delitiva.

Questão 17 - De acordo com o Código de Processo Penal, é CORRETO afirmar:

- a) A busca e apreensão somente poderá ser realizada a requerimento das partes.
- b) As buscas domiciliares serão executadas no momento em que a autoridade policial entender mais oportuna, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.
- c) Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu.
- d) Descoberta a pessoa ou coisa que se procura na diligência de busca e apreensão, a pessoa ou o possuidor do bem será informado pelos agentes sobre o dia e a hora para se apresentar à autoridade ou a seus agentes.

Questão 18 - Sobre os crimes contra a propriedade e o patrimônio, considerando o direito vigente e a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa INCORRETA.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

- a) Não se pode aplicar analogicamente ao furto qualificado, por concurso de agentes, a majorante do roubo.
- b) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e seguida da perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada.
- c) A existência de sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou a presença de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.
- d) Com o advento da Lei nº 13.964/19 ("Lei Anticrime"), o crime de estelionato passa a ser de ação penal de iniciativa privada.

Questão 19 - Sobre as provas no processo penal, é CORRETO:

- a) O reconhecimento fotográfico pode, por si só, subsidiar um decreto condenatório.
- b) Não há determinação legal de desentranhamento da prova derivada da ilícita, apenas da prova originalmente ilícita.
- c) É lícita prova obtida através de busca domiciliar, sem autorização judicial, em razão de denúncia anônima de que o suspeito estaria traficando drogas em sua residência.
- d) O juiz não pode fundamentar a sentença condenatória com base exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

Questão 20 - Assinale a alternativa INCORRETA sobre a cadeia de custódia da prova:

- a) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- b) O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- c) Acondicionamento é o procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento;
- d) O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial não fica responsável por sua preservação.

RASCUNHO DO GABARITO – QUESTÕES OBJETIVAS

1	(a)	(b)	(c)	(d)	11	(a)	(b)	(c)	(d)	7
---	-----	-----	-----	-----	----	-----	-----	-----	-----	---



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

2	(a)	(b)	(c)	(d)	12	(a)	(b)	(c)	(d)
3	(a)	(b)	(c)	(d)	13	(a)	(b)	(c)	(d)
4	(a)	(b)	(c)	(d)	14	(a)	(b)	(c)	(d)
5	(a)	(b)	(c)	(d)	15	(a)	(b)	(c)	(d)
6	(a)	(b)	(c)	(d)	16	(a)	(b)	(c)	(d)
7	(a)	(b)	(c)	(d)	17	(a)	(b)	(c)	(d)
8	(a)	(b)	(c)	(d)	18	(a)	(b)	(c)	(d)
9	(a)	(b)	(c)	(d)	19	(a)	(b)	(c)	(d)
10	(a)	(b)	(c)	(d)	20	(a)	(b)	(c)	(d)

RASCUNHO DE FOLHA DE RESPOSTA DE QUESTÕES DISCURSIVAS

Questão 1: Quais são os métodos adequados de solução de conflitos? Quais as vantagens e desvantagens?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 2 – Assistido procura a Defensoria Pública e relata a seguinte situação:

Que foi registrado por seu pai biológico, mas foi criado pelo pai afetivo, requerendo a inclusão deste em seu registro civil, mantendo os nomes de ambos (pai registral e afetivo) em sua certidão de nascimento.

Com base nessas informações responda, fundamentadamente, se há possibilidade jurídica do pedido e qual a ação a ser proposta, apontando os fundamentos jurídicos de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e com os princípios da Constituição da República.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

26	
27	
28	
29	
30	

Questão 3 – Fulano de Tal, primário, foi condenado a uma pena privativa de liberdade de 08 (oito) anos de reclusão, inicialmente em regime semiaberto, sendo 05 (cinco) anos pela prática do crime previsto no artigo 33 da Lei nº 11.343/06 e 03 (três) anos pela prática do delito do artigo 35 da mesma Lei, ambos cometidos em concurso no dia 25/03/2019. A sentença foi proferida em 20/05/2019, transitando em julgado em 05/06/2019. Após a expedição da guia de recolhimento e consequente instauração dos autos da execução penal, a Defensoria Pública requereu a progressão de regime de Fulano de Tal, em petição protocolada no dia 01º/10/2021, tendo em vista que ele estava preso ininterruptamente desde a prisão em flagrante ocorrida na data do crime. Entretanto, o juízo da Vara da Execução Penal indeferiu o pedido sob o fundamento de que não estaria satisfeito o requisito objetivo (tempo de pena cumprida no regime anterior) para a progressão de regime, já que o sentenciado não havia cumprido, desde a data do trânsito em julgado, 2/5 (dois quintos) da pena total que lhe foi imposta.

Considerando a situação hipotética narrada acima, discorra sobre eventual medida cabível contra a referida decisão, explicando, se for o caso, qual seria o prazo de sua interposição pela Defensoria Pública e qual a fundamentação jurídica.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 4 – Discorra sobre o ônus da prova no processo penal, abordando as divergências doutrinárias sobre o tema. Considere, na resposta, o trecho sublinhado do art. 156 do CPP.

Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício:

I – ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida;

II – determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	